ANTÓNIO LUCIANO DE SOUSA FRANCO

A EMIGRAÇÃO PORTUGUESA NO ÚLTIMO DECÉNIO

CAUSAS, PROBLEMAS, SOLUÇÕES

(Conferência proferida na Assembleia de Guimarães, em 26 de Junho de 1971).

V

EDIÇÃO
DA
ASSEMBLEIA DE GUIMARÃES
1971

.....

vidade das circunstâncias da vida em cada uma delas. Neste contexto, a migração para o exterior exprime um juízo de massa sobre o estado e as perspectivas da economia e da sociedade portuguesa; as migrações internas são um plebiscito e um diagnóstico sobre o futuro das nossas regiões rurais. Como disse Oliveira Martins «a emigração portuguesa é barómetro da vida nacional, marcando as suas oscilações a pressão do bem-estar metropolitano».

A que se deve que hajam surgido neste momento? Com que consequência? E como se poderão ordenar algumas linhas de actuação para os resolver? São estes os problemas que, enquadrada e caracterizada a situação presente à luz do passado, me parece útil abordar de seguida.

6. As causas da emigração portuguesa são extremamente complexas: e poderão mesmo formular-se de maneira mais ampla em relação aos povos tradicionalmente emigradores. É evidente que a emigração portuguesa tem cariz histórico — foi ela que alimentou e estimulou o fenómeno da colonização, e não se poderá deixar de entender que os hábitos seculares contraídos radicaram definitivamente na mentalidade nacional uma ideia mítica das fáceis riquezas ultramarinas. A contemplação das casas ricas das famílias de emigrantes, em terra avara de dons naturais, é sinal sempre vivo a espicaçar um gosto da aventura e uma capacidade de adaptação, mais desafiada pelas dificuldades e pelo desconhecido, que capaz de organizar por si um trabalho persistente e perseverante, num meio que é rotineiro e pouco exaltante, quando não totalmente repressivo da expansão e da capacidade de iniciativa pessoal.

6.1 — Não basta contudo apelar para a psicologia ou os hábitos tradicionais do povo português. Certas condições objectivas

de estrutura moldaram-no e constituem um desafio constante às suas motivações fundamentais, compondo um quadro em muito semelhante aos dos demais países europeus de emigração:

— Verificamos, na etiologia do fenómeno, a constância de certa densidade populacional, mais frequente em regra nos países católicos, seguidores de doutrinas natalistas, do que em povos protestantes, simultâneamente mais abertos à mentalidade capitalista de prosperidade meramente individual e à ideia de família restrita. Acresce que em sociedades agrárias os filhos são a maior riqueza, enquanto nas sociedades capitalistas a fonte da riqueza — o capital, primeiro financeiro e depois técnico — vale tanto mais quanto menos repartido for em heranças individuais.

— Em regra, mas nem sempre, a emigração supõe uma convicção colectiva de que os meios existentes na comunidade de origem são escassos e insusceptíveis de reprodução; e que o quadro natural em que está inserido o esforço humano é de algum modo hostil, não possibilitando condições semelhantes às de países alheios, menos povoados ou mais ricos, pela mão-da-obra, por dotes da natureza, ou até pela utilização generalizada de uma técnica superior.

— Enfim, a emigração não surge sempre que se verifiquem estas circunstâncias: elas existem, por exemplo, na China, e deram origem a intensa emigração chinesa para o «Ultramar»; mas são pelo menos tão notórias na Índia — e só factores muito mais recentes quebraram o imobilismo resignado das populações da península industânica. É necessário que o povo emigrante demonstre um certo dinamismo para tentar melhorar fora do país natal a sua sorte, e isto por uma de duas vias:

— ou por uma motivação negativa, pois as massas emigrantes podem sentir-se repelidas — por más condições de vida, por perseguições políticas ou religiosas, por uma estrutura social deficiente — e por isso procuram construir a sua casa em terreno

mais sólido e em terra mais acolhedora e promissora, com ou sem a esperança íntima do retorno, em certas circunstâncias;

— ou pela participação num grande projecto colectivo — qual foi entre nós o dos Descobrimentos e da colonização subsequente, e bem poderia ter sido o da colonização africana; neste último caso a motivação migratória pode dizer-se positiva, exprimindo um juízo de expansão e comunicação que denota pujança e não doença na comunidade de origem (ao invés da primeira situação).

6.2 — Ora, que causas em concreto haverão influenciado a situação portuguesa?

O fluxo emigratório gera-se de modo muito simples: deseja-se abandonar o local de origem, por certos motivos; e por outros motivos, muita vez complementares, se escolhe o país do destino. As causas por que se deseja abandonar o país de origem serão factores de repulsão, as segundas de atracção. É claro que cada emigrante constitui um caso individual, e claro é também que, inserindo-se o agravamento da hemorragia populacional numa larga tradição nacional de repulsão, apenas as causas gerais e específicas do período histórico que estamos vivendo merecem especial menção. Na falta de estudos sociológicos de confiança sobre a matéria, ao menos com âmbito geral e segurança científica, poderemos usar um método de observação ingénua, baseando-nos nos reduzidos estudos parcelares disponíveis e em muitos depoimentos individuais.

Comecemos pelos factores de repulsão. Motivos políticos, pois cumpre reconhecer que influíram forte e especìficamente nesta década. Em certos casos, a intenção de evitar a prestação de um serviço militar longo e perigoso influiu na emigração de jovens entre 14-20 anos, ou mesmo mais novos e, em casos esporádicos, entre os 20-30 anos: tanto entre os jovens pouco habilitados culturalmente, como para os trabalhadores qualificados. Claro que a esta causa específica sempre a insatisfação política adicionou alguns outros casos: mas parece certo que, se os primeiros têm peso quantitativo, os segundos carecem de relevância num fenómeno de massa. É para prevenir esta causa — salvaguardando a defesa nacional — que se tem dificultado ou proibido a saída de filhos de emigrantes; nada pesam aqui as razões económicas. Acresce que a sociedade portuguesa mudou profundamente nos anos sessenta, e já em parte mesmo nos anos cinquenta. Por um lado, os padrões de uma sociedade estabilizada, correspondentes à imagem ideológica de Portugal que era desejada e inspirava a acção dos poderes públicos, eram aceitos pelos mais velhos mas rejeitados pelos mais novos: estes pronunciavam-se mais decisivamente no sentido de uma mudança, virando-se para o futuro e apontando para modelos e ideais, formas de sociedade e padrões de bem-estar que fàcilmente corporizavam nas sociedades estranhas (umas ou outras...). A sociedade portuguesa demonstrou-se até agora pouco capaz de incorporar ou amortecer (sem ruir pela base, naturalmente) essas aspirações que são afinal — bem ou mal orientadas — germes de progresso, ainda que apenas material.

O choque entre valores de ordem, estabilidade, conservação, autoridade e tradição, e valores de liberdade, mutação, transformação, liberdade e progresso — é sem dúvida um problema por resolver na sociedade portuguesa: não pelo extermínio, mas por uma síntese dinâmica. Ora, não se pode negar que as lentas transformações da sociedade portuguesa, o mais e mais agudo sentido de reacção entre os jovens e a melhoria do seu nível de educação terão influído — e muito — na motivação sociológica da emigração jovem, incapaz de encontrar aqui a sociedade que deseja, com bem-estar, emprego remunerador e suficiente campo de expansão pessoal.

Outra razão sociológica possibilitou, naturalmente, o nascer da tentação migratória: o conhecimento directo dos padrões de vida no estrangeiro, pela difusão intensíssima dos meios de comunicação social e pelo contacto suscitado pelo turismo (que também provocou transformações de hábitos e padrões morais, agravantes do choque inegável das nossas gerações de menos de 30 anos com a sociedade tradicional). De toda esta panorâmica dos modos de vida em mutação nasceu certa repulsa dos ambientes tradicionais e dos padrões em que se foi educado — muitas vezes o desejo de usufruir maior bem-estar, mesmo quando não há qualquer adesão profunda a outro padrão de cultura e civilização. Foi já acentuado, e com razão, que o meio mais decisivo neste sentido terá sido a televisão — penetrando todo o país, transmitindo uma imagem directa, fácil, estandardizada, dum estrangeiro mítico e próximo... Se a atracção vê ao seu alcance meios de comunicação acessíveis, abundantes e seguros — é fora de dúvida que passará fàcilmente a actos, sobretudo quando as condições de vida tendem a deteriorar-se.

6.3 — Naturalmente, relevantíssimas são também as causas económicas de repulsão. Estas são decerto as mais apontadas — e radicam todas elas em circunstâncias específicas do nosso atraso económico, como do seu agravamento relativo no decénio há pouco concluído.

A primeira é a diferença entre os níveis de salários praticados — em todos os sectores — em Portugal, em confronto dos demais países europeus desenvolvidos. Conhecida essa diferença — e elidida a redução que em termos de salários reais resultaria do elevado custo da vida nesses países pela adaptação a condições de vida extremamente frugais, quando não infra-humanas — é afinal a necessidade de ganhar melhor do que se ganhava numa

agricultura incapaz de pagar salários convenientes ou numa indústria cuja criação de empregos não acompanha as habilitações e aspirações das massas jovens, que leva a tomar a decisão de «dar o salto». E os auxílios, as idas em grupo, com a sua indução em cadeia, assim despovoaram literalmente o interior do país, do Nordeste até ao extremo sul (a perda de população nesses distritos ronda, na maior parte dos casos, cerca de um quarto do total da população de 1960, o que é ou prenuncia uma verdadeira desertificação). Os resultados do censo, em lenta publicação, são aterradores — particularmente no que respeita ao Nordeste e a Beja.

Uma segunda condição é a situação terrível da nossa agricultura. Na realidade, dela resulta o progressivo e acelerado abandono das regiões rurais: incapazes de assegurar sequer um nível de subsistência marginal, quer aos pequenos proprietários agrícolas (que são os do Norte do país), quer aos assalariados (só assalariados no Sul; assalariados e proprietários, como é frequente no Norte), as nossas explorações não conseguiram mecanizar-se a tempo, nem realizar uma correcta selecção de produtos ou organizar o seu escoamento comercial de forma compensadora. Daí que se possa bem dizer que não há braços, nem para a terra, nem para as máquinas da terra...

É óbvio que as causas de atracção — muitas vezes mitificadas antes e cruelmente desiludidas depois — são o reverso ou o complemento das causas de repulsão: acesso a uma sociedade mais livre e à sociedade de consumo, para certos jovens que nela se integram, obtenção de condições de remuneração susceptíveis de melhorar a situação de vida dos familiares e, no caso de retorno, a obtenção de melhor estatuto social e de condições de vida condignas na «terra» onde se nasceu.

6.4 — Coincidiu, porém, este movimento com uma alteração na escolha dos destinos tradicionais. Os Estados Unidos, que praticam um sistema de quotas — restringindo-as progressivamente no que toca aos povos mais pobres — só pouco e tarde se adaptaram, e nunca de molde a permitir absorver todos os enormes excedentes demográficos que se criaram entre nós no decénio de sessenta. Limitada a sedução da Venezuela e do Curaçau (sobretudo foco de atracção para os ilhéus), também o Brasil perdeu alguns dos seus atractivos tradicionais: por um lado, a inconvertibilidade do cruzeiro, a sua permanente desvalorização e a suspensão dos pagamentos dificultava as remessas para a família; por outro lado, as necessidades de desenvolvimento económico tornaram aí mais apetecida mão-de-obra mais qualificada; enfim, no princípio da década, a atitude anti-portuguesa de certos Governos brasileiros, aliada a motins e outras manifestações conflituais, que depois felizmente cessaram, reduziram a atracção das terras americanas.

Por seu lado, a França e a Europa Central expandiam-se imoderadamente — recompostas já da guerra e beneficiadas pela potência da sua indústria e pelos movimentos de integração económica europeia. E perdiam os seus tradicionais meios de suprir deficiências populacionais — a emigração espanhola e italiana, sobretudo, pois na Itália e na Espanha a melhoria das condições económicas reduzia a quase nada o saldo emigratório destes dois países. A atracção do centro europeu exerceu-se assim em outros povos mais pobres (gregos e jugoslavos, sobretudo para a Alemanha; africanos para a Inglaterra, juntamente com indianos e paquistaneses; argelinos e negros em França... a par dos portugueses).

A fixação predominante em França é bem clara: de cerca de um milhão de emigrantes portugueses de primeira geração espalhados pelo mundo, 479 665 fixavam-se em França no dia 1 de Janeiro de 1970; no início do decénio, os nossos «franceses» eram em número insignificante.

A que se deveu isto? Pois também aqui há que falar claro: a nossa burocracia muitas vezes tornou inviável ou extremamente incómoda a emigração legal; e foi a França o país que mais fechou os olhos a situações desse tipo. Cumpre reconhecer mesmo que muitos foram — desde particulares a entidades com responsabilidades oficiais — os que em França disso se aproveitaram para criar aos emigrantes condições péssimas de vida, que só a contestação ultra-esquerdista veio a denunciar nos últimos anos. Por outro lado, a França era o país europeu «desejável» que se revelava mais fácil de alcançar — embora por meio de uma travessia terrestre extremamente dura, mesmo se a coberto de suspeitas complacências no trajecto. Enfim, não pode esquecer-se que a influência cultural da França e uma certa afinidade de padrões de cultura, língua e temperamento terá também ditado a escolha — a par da maior carência de braços num país fortemente atingido por insuficiência crónica da população.

Mas, naturalmente, o motor principal da atracção — emprego e remunerações aliciantes — jogou também em benefício de outros países europeus que sem dúvida também têm nível salarial muito elevado. Daí a aceleração da emigração legal para a Alemanha Ocidental no final da década.

7. O problema de saber quais os efeitos ou consequências da emigração é extremamente delicado, e deve situar-se em diversos planos — o político, o social, o económico, etc. ... E pode, decerto, visar uma análise dos efeitos da emigração, ou pretender antes formular um juízo sintético de resposta a esta pergunta: é a emigração um fenómeno benéfico para o país exportador de mão-

-de-obra? Ou será — para além dos benefícios imediatos que sem dúvida lhe ocasiona — porventura uma causa de empobrecimento?

Tentarei sobretudo adoptar uma perspectiva analítica e objectiva. Mas não me coibirei de formular um juízo, até porque o problema é suficientemente claro em meu entendimento, e a sua gravidade obriga decerto a uma definição precisa.

Naturalmente, no plano estritamente demográfico, duas consequências fundamentais derivam da emigração; e elas bem podem, em si, ser objecto de uma apreciação doutrinária, ou até política, se quisermos.

7.1 — A emigração altera — ou melhor, acelera o movimento, no sentido de alterar — a estrutura espacial da população portuguesa. Este efeito — que o é também das migrações internas, e na mesma medida — traduz-se num fenómeno duplo: por um lado, a população tende a urbanizar-se progressivamente, por efeito dum geral e acelerado êxodo dos campos; por outro lado, propende a concentrar-se em duas regiões de exclusiva ou dominante atracção — a região de Lisboa até à parte mesopotâmica do distrito de Setúbal, e a região Aveiro-Porto-Braga-Guimarães. A redução da população em todos os restantes distritos, revelada pelo presente censo (e apenas em ordens de grandeza, pois é só nessa medida que ele merece crédito), é impressionante.

Em certo sentido, tais movimentos são irreversíveis: na nossa civilização, a cidade é, de algum modo, centro de progresso e bem-estar (de «civilização» ou «urbanidade»...), possibilita maior nível de infra-estruturas comuns, maior aperfeiçoamento da divisão de trabalho e da recíproca cooperação entre os homens; tem, porém, como contrapartida, por vezes, um afastamento da natureza e uma privação de espaço vital e de intimidade pessoal, quando não de segurança, que nos grandes centros urbanos começa

a prenunciar um movimento no sentido da desurbanização: cidade sim, megalópole não!

A população portuguesa, excessivamente dispersa, haverá por força de se concentrar; alguns pequenos centros terão de morrer e outros de crescer, para que seja compatível com o nível dos nossos recursos a realização de investimentos para o bem-estar colectivo e se torne possível uma certa industrialização racional. No fundo, trata-se do que os economistas designam de *economias de escala*, aplicado às formas de convivência humana: nesse sentido a concentração urbana é irreversível e pode ser benéfica.

Também, em certa medida, a concentração da riqueza em algumas regiões é uma fatalidade. Aí, porém, já não se põe um problema de dimensão mínima das comunidades ou unidades de vida social: é imperioso que o ordenamento do território procure, sem forçar decisões anti-económicas das empresas ou do sector público, alargar a rede das terras favorecidas, fazer irradiar para outras regiões — todas as regiões afinal — o progresso que se polariza em poucas áreas ricas e muitas cada vez mais pobres de gente e de meios de criação de riqueza. Para isso, muitos meios existem, na lei e na prática; há, contudo, que os pôr em acção, e, sobretudo, importa ter em vista que um plano de ordenamento do território deve ser posto bem à luz do dia, discutido nas suas implicações políticas e decidido pelos órgãos a quem compete optar, antes de ser executado a ocultas, casuìsticamente ou por parcelas; deve inspirar a concessão de benefícios fiscais, de facilidades de crédito, orientar a maior ou menor facilidade no critério de concessão de autorizações ou licenças administrativas, tanto por parte das entidades privadas como pelo sector público.

Também na composição da nossa população importantes transformações ocorreram. A mais evidente, e talvez a mais importante, é a alteração da estrutura etária portuguesa, ou, evitando

.....